



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal ERIKA KOKAY – PT/DF

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021

(Da Sra. Deputada ERIKA KOKAY)

Requer a realização de audiência pública para discutir os impactos da PEC 32/2020, Reforma Administrativa, na efetivação das políticas de direitos humanos no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para debater os impactos da Reforma Administrativa na efetivação das políticas de direitos humanos no Brasil. Para a realização da presente audiência pública, requeiro sejam convidadas as seguintes representações:

1. Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental - Anesp; Sr. Pedro Pontual;
2. Coletivo Direitos Valem Mais - Sra. Denise Carreira;
3. Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento – Assessora Roseli Faria.
4. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Afipea; José Celso Cardoso
5. Indigenistas Associados (INA) - Andrea Prado;
6. Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais - Andeps, Ariana Frances Carvalho de Souza.

JUSTIFICATIVA

A Proposta de Emenda à Constituição, n. 32, doravante denominada PEC da Reforma Administrativa, a qual foi encaminhada pelo governo federal como peça fundamental do pacote de desmonte do Estado brasileiro precisa ser melhor debatida e analisada.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212076251900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal ERIKA KOKAY – PT/DF

Entendemos que a motivação maior para a sua propositura é pautada pela ideologia da atual gestão federal, em uma tentativa de desmoralização dos servidores públicos frente à sociedade, responsabilizando-os injustamente pelos déficits que anualmente o Estado brasileiro enfrenta.

Desde sua posse, ainda em 2019, Bolsonaro e sua ala econômica vinham ameaçando encaminhar a proposta de Reforma Administrativa para acabar com o que eles em demasiados momentos chamaram e continuam a chamar de “parasitismo do funcionalismo público”. Para nossa maior indignação, mas não para a nossa surpresa, o Executivo apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição que não veio acompanhada de qualquer diagnóstico fundamentado, estudo ou projeções concretas dos resultados que tal projeto alcançará caso seja aprovado pelas casas legislativas do Congresso Nacional.

Ressaltamos novamente: não há dados ou evidências que deem bases suficientes para as propostas apresentadas pelo texto ao Congresso. Pelo contrário, suas principais decisões caminham na contramão dos fundamentos na gestão pública.

Por isso, proponho que convidamos as representações acima listadas para que apresentem estudos e dados que fundamentem a nossa tese de que a citada PEC é meramente pautada por anseios ideológicos que claramente ameaçam o Estado Democrático de Direito e sua própria estrutura administrativa.

É fundamental repensar o serviço público, de forma a modernizá-lo e torná-lo cada vez mais eficiente para atender as necessidades do Estado, em especial, o povo brasileiro que tanto padece de auxílio para o seu desenvolvimento. Mas não será com semelhante proposta que alcançaremos esse objetivo.

Face à necessidade de ampliação do debate acerca dessa proposta, solicito o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste requerimento.

Sala das sessões, em 06 de julho de 2021.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212076251900>

